

FCPRIO@GOOGLEGROUPS.COM

Onde anda o FCP? Como anda o FCP? O que é o FCP? Trata-se do Fórum de Cooperativismo Popular do Rio de Janeiro, que participa de uma rede nacional da sociedade civil, reconhecida como Fórum Brasileiro de Economia Solidária – fb.es.org.br, movimento social, como tal informal, com representação nos 27 Estados brasileiros. Nunca demais lembrar que o FCP-RJ foi a primeira iniciativa neste sentido, desde 1993, portanto, 10 anos antes da criação da SENAES, durante o FSM, o FCP possui uma experiência que é importante seja sistematizada. A estrutura atual não é a original e assemelhou-se em parte a maioria dos demais fóruns encontrados no Estado brasileiro. Sua estrutura organizacional compõe uma Coordenação Executiva composta por 18 fóruns regionais, além de um Conselho Consultivo e uma Secretaria Executiva atualmente exercida por CASA DA ACOLHIDA MARISTA, CEDAC e SOLTEC e também estão sendo revitalizados grupos de trabalho, além do sítio eletrônico e do próprio TROK&TEIA.



Trok&Teia

UMA PUBLICAÇÃO DO FCP-RJ

Edição Extraordinária – set/2009

OS NOVOS CAMINHOS DO MAPA

Estamos vivendo o encerramento de mais um ciclo desta bem aventurança caminhada pela solidariedade. Estamos nos descobrindo uns aos outros como capazes de trabalhar conjuntamente, sem dizer que ainda estamos conhecendo e construindo os conceitos que formam a ecosol. Muitas são as ações, de governo inclusive, que fazem-nos acreditar que uma outra economia realmente é possível. Devemos, no entanto, superar nossa incapacidade para articular as melhores condições de uma vida com qualidade. Mas tudo depende de conhecermos o caminho do mapa onde estão estas iniciativas que se apresentam como ações integradoras e comprometidas com o desenvolvimento social e humano. Será que a proposta do marco regulatório apresentado pelo governo atende ao que se espera? Como andam as relações nesse sistema da economia solidária que envolvem especialmente os processos de formação e comercialização dos atores da economia solidária? O Trok&Teia resgata nessa edição como andam as ações no Estado do Rio de Janeiro sobre o Brasil Local, formação, comercialização e mapeamento dessa nova realidade. O projeto Brasil Local deve nessa nova fase atender a chamada pública que coloca a ecosol como prioritário no plano de desenvolvimento estratégico nacional.



CONTATOS:

- > FCPRJ: fcprj@googlegroups.com
- > FCPRJ - SECRETARIA EXECUTIVA:
Casa da Acolhida Marista: Joyce/Alex – (21)2268-3790 / Cedac: Adriana – (21)2509-0263 / Soltec: Antonio Oscar – (21)8232-4561 / Luiz Antunes – (21)9671-7196 / Janete Joana – janete-joana@ig.com.br / Norma/Rogério – normafe@yahoo.com.br / rogerioartesanato@gmail.com
- > SRTE: Rafael Cerrone – (21)2220-9223

Edição produzida coletivamente por cirandeiros virtuais.

QUAL MARCO JURÍDICO

Várias questões se surgem do debate público sobre marco jurídico da ecosol. O foco agora está na proposta de uma lei geral nos moldes das leis estaduais e municipais que se replicam em nível nacional. Esta lei teria por fundamento dispor sobre política nacional de ecosol, a partir da criação de um sistema próprio e um fundo de financiamento. Há quem entenda que esta proposta não resolve o antagonismo entre economia solidária e cooperativismo, assim, seria interessante adotar uma lei somente com princípios e conceitos que abarcam ambas as visões. Nesta hipótese haveria diversos diplomas legais conforme os segmentos econômicos relacionados estas políticas públicas. Importante também que um projeto nesse sentido fosse de iniciativa popular, para impulsionar um processo maior de formação básica em escala suficiente para aprová-la.

Quase em segundo plano neste momento, estão as outras matérias que seguem lutando por pautas nas plenárias do Congresso Nacional, sem muitos votos de confiança por soluções definitivas. É o caso do PL 131 (Senado), que dispõe sobre cooperativa de trabalho; PL 3/07 em substituição a atual Lei 5764/71; PLC 386 sobre ato cooperativo, PL sobre tratamento tributário para cooperativas entre outras, incluindo a regulamentação

do comércio justo. Nos âmbitos estadual e municipal, centralizam-se as discussões sobre os conselhos.

COMPRANDO, VENDENDO E TROCANDO SOLIDARIAMENTE

Mesmo com os incidentes deste ano acontecidos na Feira Internacional da Ecosol de Santa Maria é cada vez maior os que adotam uma nova postura ética de consumo responsável, que impõe a lógica de um comércio justo, a partir da (re)construção de cadeias produtivas e (re)arranjos locais que permitam um desenvolvimento social mais humano. Os conceitos da ecosol estão sendo os balizadores dessa outra realidade possível. O governo vem desenvolvendo série de ações no sentido de viabilizar práticas de comercialização solidária, em torno de políticas públicas e ações pontuais, como o caso dos espaços permanentes. A proposta em nível nacional vem sendo conduzida pelo IMS, que já possui um calendário com feiras estadual e regionais até o final do ano. Até lá deverá acontecer a feira estadual da ecosol, se possível no centro, se a ordem pública municipal assim permitir. Vale a pena registrar que a SRTE/RJ se comprometeu a dispor de espaço fixo para exposição e comercialização de empreendimentos da ecosol, juntamente com apoio das outras ações.

CFES OU REDE NACIONAL DE FORMADORES

Difícil imaginar como construir uma rede de atores/multiplicadores de idéias e conceitos sobre economia solidária. A resposta talvez não esteja no simples conteúdo programático do tema, mas na metodologia utilizada. No caso das ações implementadas pelo Governo Federal, através da Cáritas em nível nacional e em nível regional o IMS, a metodologia empregada no processo de formação se baseia no tripé economia solidária, educação popular e sistematizar, para induzir um processo de sistematização das experiências dos atores de ecosol, para trocarem entre si, novas experimentações, em um ambiente virtual construído na perspectiva digital e de novas tecnologias sociais. Assim é importante que nesses processos de formação estejam agregadas informações quanto ao uso de sistemas como ciranda.net, fbcs.org.br, sies entre outros, surgindo entre nós a saga dos cirandeiros.

CIRANDAS, CIRANDEIROS, VAMOS TODOS CIRANDAR NA NET

Ciranda é uma manifestação da cultura popular que sempre trouxe uma idéia de rede/cadeia humana, formada pela tradição da dança e de cantigas. Não é estranho saber porque foi esse o nome utilizado para o programa ciranda.net, desenvolvido no âmbito do fbcs.org.br com apoio da SENAES. A partir da sistematização dos cerca de 22.000 empreendimentos de ecosol, foi possível criar um canal de comunicação entre estes, para haver materializado no mundo virtual desejos e necessidades que lhes são próprios no mundo real. Planeja-se inaugurar um processo de formação de multiplicadores para o uso desse sistema que será apresentado mais uma vez às vésperas do II Festival de Tecnologias Alternativas no Soltec/UFRJ no início de outubro. A SRTE/RJ também

pretende dispor de computador(es) para (in)formar usuários desse sistema. A tarefa agora é preparar multiplicadores e usuários desse sistema, que poderíamos perfeitamente chamá-los de cirandeiros.

OS CAMINHOS DO MAPEAMENTO

Aconteceu em Salvador, entre os dias 21 e 24 de agosto, Seminário Nacional do Sistema de Informações em Economia Solidária - SIES, quando foram apresentados os novos questionários e guias de preenchimento para esta fase 2009, que irá contemplar além de empreendimentos de economia solidária, um suplemento específico para mulheres, entidades de apoio e também políticas públicas. Estes formulários podem ser encontrados na página do SIES, assim como o resultado da versão anterior realizada em 2007. Estiveram presentes do Rio de Janeiro pela Comissão Gestora Nacional do Mapeamento - CGN, Eugênia, do Ibase e Marcos Albuquerque, representando o Cedac, responsável pelo mapeamento anterior, além de João Luis, com indicação da Comissão Gestora Estadual - CGE, além de Leo Egito representando a ANTEAG, que estará responsável por esta nova etapa do mapeamento na região sudeste, na qualidade de coordenador técnico estadual. Neste mês de setembro realizaremos seleção da equipe de pesquisa, que deverá contar com agentes de empreendimentos, se possível com experiência na pesquisa anterior, técnicos de entidades de apoio e bolsistas universitários, procurando contemplar uma diversidade de olhares. Interessados em participar da pesquisa, desde já, devem se manifestar para fins de cumprimento das normas que regulam esta espécie de contratação. O Rio de Janeiro contará em princípio com 11 entrevistadores, com nomes ainda por definir. Também estão previstas a contratação de 4 supervisores e 1 auxiliar da coordenação. No mês de outubro será definido o planejamento das ações, para em novembro já se iniciar o trabalho de campo, com prazo de conclusão com validação prevista para março. Dia 10/09/09, aconteceu na SRTE (Superintendência Regional do Trabalho e Emprego) reunião, que incluiu membros da CGE, CTE, delegados de agências da SRTE e seu superintendente José Bonifácio Novelino juntamente com o responsável pela seção de economia solidária Rafael Cerrone para tratar de questões relacionadas ao projeto mapeamento 2009. A SRTE dará apoio logístico à pesquisa, que contará com um kit para o entrevistador, que contará ainda provavelmente com publicação do Cedac da pesquisa realizada em 2007. Desnecessário dizer sobre a importância dos fóruns regionais no planejamento das ações, assim como das entidades de apoio e universidades, especialmente para a composição da CGE, que será responsável pela validação dos questionários. A meta estabelecida pela SENAES para o Rio de Janeiro prevê a revisitação de 1343 empreendimentos já pesquisados, 307 novos empreendimentos, 20 entidades de fomento e 20 políticas públicas. Uma vez selecionada a equipe de pesquisa, acontecerá de imediato pelo menos um seminário de capacitação no Estado.